

Enel cortou 16% da verba para investimento; reação a situações de emergência piorou

CARLOS EDUARDO VALIM RENEÉ PEREIRA

A dificuldade da Enel São Paulo de reagir em situações climáticas mais críticas piorou entre outubro de 2023 e agosto deste ano. Desde que a empresa assumiu a concessão, os indicadores de qualidade – que medem a duração e a frequência de interrupções de energia – melhoraram nos dias comuns, mas em situações emergenciais se agravaram. O período coincide com uma queda de 16% no volume de investimento no ano passado, de R\$ 1,95 bilhão para R\$ 1,64 bilhão. Na área de manutenção, a queda foi de 8%, de R\$ 799 milhões para R\$ 737 milhões, segundo relatório da empresa.

Em nota, a Enel afirmou que, entre 2018 e 2023, investiu R\$ 8,3 bilhões em São Paulo, “com melhoria dos indicadores oficiais de qualidade da distribuidora”. “Entre 2017 e 2023, a duração média das interrupções de energia (DEC) melhorou 42% e a frequência média de interrupções (FEC) melhorou 45%”, complementa.

Dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) mostram, entretanto, que o tempo médio de duração das interrupções em situações de emergência (DEC/ISE) subiu de 2,83 horas em outubro de 2023 para 12,68 em agosto deste ano. Já a frequência (FEC/ISE) subiu de 0,73 vezes para 1,56. Segundo a agência, para se enquadrar nessa situação, as distribuidoras têm de comprovar a impossibilidade de atuação imediata para resolver os problemas.

Especialistas afirmam que, com o aquecimento global, problemas como o que ocorreu na sexta-feira em São Paulo se tornarão cada vez mais comuns no Brasil. E, se não houver uma mudança estrutural, a população terá de lidar com as longas e frequentes quedas na energia elétrica. Uma solução que sempre se cogitou foi o aterramento da rede de distribuição, mas essa é uma alternativa cara. Qualquer investimento feito pelas distribuidoras precisa ser aprovado pela Aneel e tem impacto na conta de luz.

Na avaliação do professor do Instituto de Economia da UF RJ e coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico, Nivalde de Castro, a mudança climática exigirá o aprimoramento de políticas públicas, investimentos em redes inteligentes mais digitalizadas, novos procedimentos de operação e manutenção e principalmente integração com as outras infraestruturas urbanas. “Uma alternativa seria criar um regimento regulatório incorporado, por exemplo, ao novo contrato de renovação das



Apagão

Investimentos caem; reação da Enel em dias críticos piora

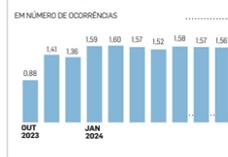
Indicadores em situações emergenciais têm queda; em dias considerados normais, índices estão melhores

BALANÇO

O período coincide com uma queda de 16% no volume de investimento no ano passado, de R\$ 1,95 bilhão para R\$ 1,64 bilhão

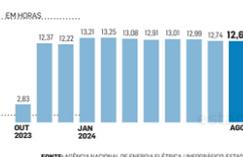
Frequência das interrupções

Indicador que mede o número de vezes que as unidades ficaram sem luz em dias de stress climático



Duração das interrupções

Indicador que mede o tempo que as unidades ficaram sem luz em dias de stress climático



Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica / Infoqgrid Estado

concessões, com investimento em resiliência da rede.” O pesquisador Diogo Lisboa, do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura, da

Fundação Getúlio Vargas (FGV-Cer), afirma que o próprio modelo das concessões para distribuição de energia elétrica acaba incentivando in-

vestimentos menores. “A nossa regulação funciona por incentivos, para que as distribuidoras persigam uma operação mais otimizada, com custos

operacionais mais baixos. A partir disso, absorvem ganhos com uma tarifa menor para o consumidor”, afirma o especialista. “Essa regulação por incentivos é importante e funciona no Brasil. A parcela da distribuição, dentro da estrutura dos custos de energia, foi a que cresceu mais controladamente, já que os custos com encargos e transmissão, por exemplo, subiram acima da inflação.”

Isso não significa que as empresas devam ficar isentas de responsabilidades. “Até porque os problemas já vêm desde o ano passado, e vai ser preciso saber se a Enel cumpriu os planos de contingência”, diz ele. Para o especialista, a Aneel precisa verificar se os problemas em São Paulo resultam de uma estratégia de corte de custos que não deu certo. “Ela está dependendo de equipes de outras empresas de concessão para fazer os reparos na rede. A empresa poderia ter alguma ociosidade, o que, no entanto, levaria a mais custos”, afirma Lisboa.

MONITORAMENTO. Há também críticas de que alguns indicadores de qualidade, que são previstos nos contratos de concessões, e fazem parte dos chamados anexos de qualidade, não são mais acompanhados como antigamente. “Havia indicadores de tempo médio de atendimento que não são mais fiscalizados”, diz o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) José Bonifácio Amaral Filho, que trabalhou por duas décadas no setor elétrico, como diretor de assuntos regulatórios da distribuidora CPFL e diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo.



Trabalhos de construção de uma nova unidade residencial em São Paulo. O projeto prevê a entrega de 300 a 400 apartamentos em R\$ 4,2 bilhões

Multas chegam a R\$ 400 milhões, mas Justiça suspendeu maior parte

PRÉCIO A MENOS

A Justiça suspendeu a maior parte das multas cobradas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) contra a Enel São Paulo por ter contratado obras de construção civil a preço inferior ao de mercado. O valor total das penalidades é de R\$ 400 milhões, mas apenas R\$ 100 milhões foram mantidos em vigor. O restante foi suspenso por decisão do juiz federal Sérgio Cabral, que argumenta que a Aneel não conseguiu provar que o preço pago foi inferior ao de mercado.

As obras em questão são para a construção de uma nova unidade residencial em São Paulo. O projeto prevê a entrega de 300 a 400 apartamentos em R\$ 4,2 bilhões. A Enel São Paulo alega que o preço pago foi inferior ao de mercado devido a condições especiais de pagamento e a urgência da obra.

A Justiça suspendeu a maior parte das multas cobradas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) contra a Enel São Paulo por ter contratado obras de construção civil a preço inferior ao de mercado. O valor total das penalidades é de R\$ 400 milhões, mas apenas R\$ 100 milhões foram mantidos em vigor. O restante foi suspenso por decisão do juiz federal Sérgio Cabral, que argumenta que a Aneel não conseguiu provar que o preço pago foi inferior ao de mercado.

As obras em questão são para a construção de uma nova unidade residencial em São Paulo. O projeto prevê a entrega de 300 a 400 apartamentos em R\$ 4,2 bilhões. A Enel São Paulo alega que o preço pago foi inferior ao de mercado devido a condições especiais de pagamento e a urgência da obra.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole **Caderno:** A **Página:** 18 e 19